PROJETO DE LEI Nº , DE 2015
(Do Sr. Hildo Rocha)

Dispõe sobre norma geral acerca da gravação em vídeo das ações policiais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre norma geral acerca da gravação em vídeo das ações policiais.

Art. 2º É obrigatória a gravação, em vídeo, das ações policiais.

§ 1º A gravação de que trata o *caput* deverá ser realizada de forma a individualizar o registro por cada policial participante das ações.

§ 2º O vídeo deverá ser armazenado pelo período mínimo de seis meses, contados a partir do dia de sua gravação.

Art. 2º Com a finalidade de promover o controle social da atividade policial, qualquer pessoa pode ter acesso aos conteúdos gravados em vídeo de que trata esta Lei, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo estabelecer a norma geral de que as ações policiais devem ser gravadas em vídeo. Esse tem sido um instrumento valioso para a promoção da melhoria dos diversos tipos de controle da atividade policial.

Diversos municípios nos Estados Unidos da América já vêm adotando com êxito a medida. Um dos mais emblemáticos foi o do motorista negro David Washington que, depois de se envolver em um acidente de trânsito, nele foi utilizada uma descarga elétrica e também spray de pimenta. Segundo os policiais isso foi realizado pelo motivo do motorista não obedecer as ordens, entretanto depois foi levantado que David Washington estaria sob o efeito de um ataque do coração. Nesse caso, o vídeo gravado pelas câmeras dos policiais serviu de prova para a análise de suas condutas e para que a comunidade pudesse realizar o controle social de toda a ação.

Da mesma forma, desejamos que essas micro câmeras possam ser equipamentos utilizados por todas as polícias brasileiras, principalmente a responsável pelo policiamento ostensivo. Para tanto, incluímos o comando de que os vídeos devem ser individualizados.

Além disso, qualquer cidadão pode pedir para ter acesso aos conteúdos, com base na Lei de Acesso à Informação. Para tanto, fizemos a previsão de que os vídeos deverão ser armazenados por um período mínimo de seis meses.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em 15 de Julho de 2015.

Deputado HILDO ROCHA